

Edmund Gettier, É a crença verdadeira justificada conhecimento?



Arquipélago

03 Out 2025 — 4 min read



Edmund Lee Gettier III, década de 1960

Este texto clássico da epistemologia contemporânea foi originalmente publicado na revista *Analysis*, 23.6 (1962): 121-123. Esta tradução, por Célia Teixeira (UFRJ), foi publicada no site *Crítica* em 2005 e sua reprodução aqui foi graciosamente permitida pela tradutora e pelo editor do site. Edmund Gettier (1927-2021) era professor da Wayne State University à época da publicação do artigo. Posteriormente, transferiu-se para a University of Massachusetts, Amherst.

É a crença verdadeira justificada conhecimento?

Edmund Gettier

Nos últimos anos fez-se várias tentativas para estabelecer as condições necessárias e suficientes para que alguém conheça uma dada proposição. Essas tentativas podem muitas vezes ser formuladas de modo semelhante ao seguinte:

(a) *S* sabe que *P* se, e só se,

I. *P* é verdadeira,

II. *S* acredita que *P* e

III. *S* está justificado a acreditar que *P*.^[1]

Por exemplo, Chisholm defende que o que se segue fornece as condições necessárias e suficientes para o conhecimento:^[2]

(b) *S* sabe *P* se, e só se,

I. *S* aceita que *P*,

II. *S* tem provas adequadas para *P*, e

III. *P* é verdadeira.

Ayer apresenta as condições necessárias e suficientes para o conhecimento da seguinte maneira:^[3]

(c) *S* sabe que *P* se, e só se,

I. *P* é verdadeira,

II. *S* está seguro que *P* é verdadeira

III. *S* tem o direito de estar seguro que *P* é verdadeira.

Irei argumentar que (a) é falsa, pois as condições dadas acima não constituem uma condição *suficiente* para a verdade da proposição de que *S* sabe que *P*. O mesmo argumento irá mostrar que (b) e (c) falham se substituirmos “tem provas adequadas para” ou “tem o direito de estar seguro que” por “está justificado em acreditar que”.

Irei começar por chamar a atenção sobre dois aspectos. Em primeiro lugar, se tomarmos “justificado” no sentido em que S está justificado em acreditar que P constitui uma condição necessária para que S saiba que P , então é possível que uma pessoa esteja justificada em acreditar numa proposição que é de facto falsa. Em segundo lugar, para toda a proposição P , se S está justificado em acreditar que P e P implica Q e S deduz Q de P e aceita Q como resultado desta dedução, então S está justificado em acreditar que Q . Tomando em consideração estes dois aspectos, irei passar a apresentar dois casos nos quais as condições estabelecidas em (a) se verificam para algumas proposições, apesar de ser ao mesmo tempo falso que a pessoa em causa conheça essa proposição.

Caso I:

Suponha-se que Smith e Jones se tinham candidatado a um certo emprego. E suponha-se que Smith tem fortes provas a favor da seguinte proposição conjuntiva:

(d) Jones é o homem que vai conseguir o emprego, e Jones tem dez moedas no bolso.

As provas que Smith tem a favor de (d) podem ser que o presidente da companhia lhe tenha assegurado que no fim Jones seria selecionado e que ele, Smith, tenha contado as moedas do bolso de Jones há dez minutos. A proposição (d) implica:

(e) O homem que vai ficar com o emprego tem dez moedas no bolso.

Suponha-se que Smith vê que (d) implica (e) e que aceita e com base em (d), a favor da qual ele tem fortes provas. Neste caso, Smith está claramente justificado em acreditar que (e) é verdadeira.

Mas imagine-se que, além disso, sem Smith o saber, é ele e não Jones que vai ficar com o emprego. Imagine-se também que, sem o saber, ele próprio tem dez moedas no bolso. A proposição (e) é assim verdadeira, apesar de a proposição (d), a partir da qual Smith inferiu (e), ser falsa. Assim, no nosso exemplo, as seguintes proposições são verdadeiras: (i) (e) é verdadeira, (ii) Smith acredita que (e) é verdadeira e (iii) Smith está justificado a acreditar que (e) é verdadeira. Mas é igualmente claro que Smith não *sabe* que (e) é verdadeira; pois (e) é verdadeira em virtude das moedas que estão no bolso de Smith, ao passo que Smith não sabe quantas moedas tem no bolso e baseia a sua crença em (e) no facto de ter contado as moedas do bolso de Jones, que ele erradamente acredita tratar-se do homem que irá ficar com o emprego.

Caso II:

Suponha-se que Smith tem fortes provas a favor da seguinte proposição:

(f) Jones tem um Ford.

As provas de Smith poderão ser que, desde que ele se lembra, Jones sempre teve um carro, e sempre foi um Ford, e Jones acabou de oferecer boleia a Smith enquanto estava ao volante de um Ford. Imaginemos agora que Smith tem outro amigo, Brown, ignorando por completo o seu paradeiro. Smith seleciona aleatoriamente três nomes de localidades e constrói as seguintes três proposições:

(g) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Boston.

(h) Ou Jones teve um Ford ou Brown está em Barcelona.

(i) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Brest-Litovsk.

(f) implica cada um destas proposições. Suponha-se que Smith tem consciência de que (f) implica cada uma das três proposições que ele construiu e que procede à aceitação de (g), (h) e (i) com base em (f). Smith inferiu correctamente (g), (h) e (i) de uma proposição a favor da qual tem fortes provas. Smith está assim completamente justificado em acreditar em cada uma destas três proposições. Claro que Smith não faz ideia onde está Brown.

Mas imagine-se agora que se verificam mais duas condições. Em primeiro lugar, Jones *não* teve um Ford, mas andava a conduzir um carro alugado. Em segundo lugar, por uma grande coincidência, sem que Smith soubesse de nada, o lugar mencionado na proposição (h) é por acaso de facto o lugar onde Brown se encontra. Se estas duas condições se verificarem, então Smith *não* sabe que (h) é verdadeira, apesar de (i) (h) ser verdadeira, (ii) Smith acreditar de facto na verdade de (h) e (iii) Smith estar justificado a acreditar na verdade de (h).

Estes dois exemplos mostram que a definição (a) não fornece uma condição *suficiente* para que alguém saiba uma dada proposição. Os mesmos casos, com as modificações apropriadas, serão suficientes para mostrar que nem a definição (b) nem a definição (c) fornecem tal condição.

1. Platão parece estar a levar em consideração uma definição assim em *Teeteto* 201, e provavelmente aceita-a em *Ménon* 98. ↵
2. Roderick M. Chisholm, *Perceiving: a philosophical study* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1957), p. 16. ↵
3. A. J. Ayer, *The problem of knowledge* (London: Macmillan, 1956), p. 34. ↵

Arquipélago Filosófico, Vol. 1, No. 12 (2025), e-012

ISSN 3086-1136

Artigo: Edmund Gettier, É a crença verdadeira justificada conhecimento?

Autor(es): Célia Teixeira

Data: 03 Out 2025

Revista: Revista Arquipélago Filosófico

Volume: 1

Número: 12

Páginas: e-012

ISSN: 3086-1136

```
@article{edmund-gettier-e-a-crenca-verdadeira-justificada-conhecimento,  
  author = {Célia Teixeira},  
  title = {Edmund Gettier, É a crença verdadeira justificada conhecimento?},  
  year = {2025},  
  month = {Out},  
  journal = {Revista Arquipélago Filosófico},  
  volume = {1},  
  number = {12},  
  pages = {e-012},  
  issn = {3086-1136},  
  url = {https://arquipelago.fi/edmund-gettier-e-a-crenca-verdadeira-justificada-  
conhecimento/}  
}
```